

Prêmio Espírito Público contempla os bons profissionais do setor

Enviado por Da redação
05-Fev-2018

As inscrições para a primeira edição do PRÊMIO ESPÍRITO PÚBLICO estão abertas até o dia 25 de março. O objetivo maior da iniciativa é reconhecer e celebrar um grupo de pessoas tantas vezes esquecido: o de profissionais públicos que, com as suas trajetórias, tenham feito grandes contribuições ao Brasil.

Os vencedores serão anunciados em cerimônia a ser realizada no Rio de Janeiro, em agosto. O ganhador em cada uma das quatro categorias fará jus a um prêmio de R\$ 50 mil e a uma jornada de aprendizagem, em Londres, para conhecer instituições do serviço público britânico, organizada pelo jornal The Guardian.

Ao final do processo, tanto quanto o reconhecimento dos indivíduos premiados, espera-se ter homenageado toda a categoria e espanado o estereótipo do “funcionário público”, malvisto como quem apenas pendura o paletó na cadeira do trabalho. As correalizadoras do prêmio, o Instituto República e a associação Agenda Brasil do Futuro, duas organizações sem fins lucrativos, acreditam que a concretização da potencialidade do país passa pela viabilização de projetos que sirvam de exemplo irradiador, aí incluída a premiação de experiências bem-sucedidas no setor público.

Os candidatos elegíveis de acordo com o regulamento do PRÊMIO ESPÍRITO PÚBLICO, disponível no site www.premioespiritopublico.org.br, concorrerão nas seguintes categorias setoriais:

Educação;

Gente,
Gestão & Finanças Públicas;

Meio Ambiente;

Segurança Pública.

Cada uma contará com um júri e um comitê de especialistas renomados, que levarão em conta na avaliação dos candidatos: sua capacidade de inspirar a equipe e o ambiente de trabalho; sua contribuição nas áreas técnicas específicas; e o impacto dos resultados na sociedade e seus momentos de superação e resiliência. Todos os níveis e esferas – federal, estadual ou municipal, executivo, legislativo ou judiciário, empresas públicas, fundações ou autarquias – poderão ser contemplados. As exceções são pessoas ocupando cargos eletivos.

O Instituto República e a Agenda Brasil do Futuro contam, na realização do PRÊMIO ESPÍRITO PÚBLICO, com parceiros setoriais, de notórios saberes e atuações em suas áreas específicas. Na área de Educação, são eles: Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna e Ensina Brasil. Na de Gente, Gestão & Finanças Públicas: Centro de Liderança Pública (CLP) e Movimento Brasil Competitivo (MBC). Na de Meio Ambiente: Instituto Humanize, Fundação Lemann e Believe Earth. Na de Segurança Pública: Sou da Paz e Igarapé. Além disso, há quatro parceiros institucionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE-FGV) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

O comitê gestor do PRÊMIO ESPÍRITO PÚBLICO será formado por membros das organizações correalizadoras e de seus parceiros institucionais. São eles: André Macieira (EloGroup), Cláudia Costin (CEIPE-FGV), Daniel Gerson (OCDE), Eloy Oliveira (Instituto República), Francisco Gaetani (ENAP), Mariano Lafuente (BID) e Marina Cançado (Agenda Brasil do Futuro). Caberá ao comitê fazer o aconselhamento das decisões estratégicas, zelar pela coerência dos critérios de avaliação e validar os nomes tanto dos jurados quanto dos vencedores.

Para manter transparente o processo seletivo dos 10 pré-finalistas e três finalistas em cada categoria, os júris setoriais serão compostos por representantes que já atuaram no governo, na academia, no terceiro setor e em empresas privadas com larga experiência especializada. Eles não podem ocupar cargos diretivos em partidos políticos durante o período de realização do PRÊMIO ESPÍRITO PÚBLICO e buscam representar o Brasil em toda sua diversidade de geografia, gênero, idade e raça.

A partir da segunda edição, serão incorporados aos júris setoriais os finalistas de anos anteriores. A ideia é que, com o tempo, tanto candidatos quanto jurados do prêmio se tornem ainda mais representativos das transformações no setor público que as instituições correalizadoras, bem como suas parceiras institucionais e setoriais, veem como necessárias ao avanço social do Brasil.

